

“Estamos falando de quem chega a ter bi, eles não têm medo de pegar o coronavírus”: as festas e a pandemia, o que classe tem a ver com a percepção do que é um risco?¹

“We are talking about those who get bi, they are not afraid of getting the coronavirus”: the parties and the pandemic, what class has to do with the perception of what is a risk?

Rafael Malhão

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa sobre os impactos da pandemia entre DJs e músicos. A reflexão aqui proposta emergiu em uma das entrevistas realizadas para a referida pesquisa e o resultado aqui apresentado pode ser visto como um artesanato intelectual (no sentido de Wright Mills) que combina a entrevista com uma pesquisa em materiais jornalísticos *on-line* sobre a percepção e os efeitos da pandemia. O texto está dividido em duas partes. Na primeira parte, abordo as implicações teóricas e metodológicas envolvidas no estudo das elites. É dedicada especial atenção as dificuldades de acesso às elites, as consequências políticas, científicas e epistemológicas de uma agenda de pesquisa sobre as elites e como tais questões necessitam não só de ecletismo metodológico, mas também de criatividade para lidar com as dificuldades específicas da produção de conhecimento sobre grupos em que a assimetria de poder entre pesquisador e pesquisado é desfavorável para o pesquisador. Na segunda parte, exploro, à luz da discussão entre sociedade risco e sociedade de classes proposta por Ulrich Beck,

¹ Este artigo é parte dos resultados da pesquisa de pós-doutorado realizada no âmbito da Rede Covid-19 Humanidades com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Recebido em 05 de abril de 2021.
Avaliador A: 10 de agosto de 2021.
Avaliador B: 16 de agosto de 2021.
Aceito em 18 de outubro de 2021.



como está se constituindo a percepção e a experiência dos riscos e formas de enfrentamento da pandemia entre as classes mais abastadas em comparação com as classes que não possuem as mesmas condições materiais.

Palavras-chave: Sociedade de risco, Sociedade de classe, Elites, Estratificação, Pandemia.

ABSTRACT

This article is part of a research on the impacts of the pandemic among DJs and musicians. The reflection proposed here emerged in one of the interviews carried out for this research and the result presented here can be seen as an intellectual craft (in Wright Mills' sense) that combines the interview with a research in online journalistic materials about perception and effects of the pandemic. The text is divided into two parts. In the first part, the aim is to develop some theoretical and methodological implications involved in the study of elites. Special attention is paid to the difficulties of access to elites, the political, scientific and epistemological consequences of a research agenda on elites and how such issues need not only methodological eclecticism, but also creativity to deal with the specific difficulties of knowledge production on groups in which the asymmetry of power between researcher and researched is unfavorable for the researcher. In the second part, based on the combination of the aforementioned empirical materials, I seek to explore, in the light of the discussion between risk society and class society proposed by Ulrich Beck, how the perception and experience of risks and ways of coping with the pandemic has been constituted between wealthier classes compared to classes that do not have the same material conditions as those to face the consequences of the pandemic, nor what types of risks they want and can be exposed to.

Keywords: Risk society, Class society, Elites, Stratification, Pandemic.

COMO E POR QUE ESTUDAR OS "DE CIMA"? APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA INSERÇÃO DE CAMPO INESPERADA

A presente reflexão parte de uma entrevista realizada com um DJ² que atua no mercado de eventos sociais de luxo em São Paulo. A entrevista foi realizada em setembro de 2020³. As

² *Disc jockey* (DJ) ou discotecário é o nome dado ao artista que seleciona e reproduz músicas e efeitos sonoros pré-gravados valendo-se de técnicas de mixagem para criar uma paisagem sonora.

³ As entrevistas iniciaram no mês de agosto de 2020, e desde então os DJs paulistas já me relatavam a ocorrência

entrevistas⁴ foram conduzidas a partir das narrativas biográficas dos entrevistados, que eram convidados a descrever e refletir sobre como se deu sua aproximação com a música, posteriormente com a discotecagem, e sua inserção na profissão chegando até o presente⁵. Discuti a percepção dos entrevistados sobre os impactos da pandemia de Covid-19 nos seus mercados de trabalho, na sua carreira como artista e como vislumbravam os cenários pós-pandemia. As entrevistas tiveram duração de uma a três horas. Essa variação na duração da entrevista foi resultado, em primeiro lugar, do tempo de carreira dos entrevistados, que era de quatro ou cinco anos chegando até quase duas décadas de profissão; em segundo lugar, do estilo de produção de narrativas dos entrevistados e do nível de detalhamento mobilizado por eles para descreverem sua trajetória, bem como da disposição deles para analisar a situação pandêmica⁶.

A entrevista do DJ paulistano apresenta duas características que a tornam relevante em uma tentativa de compreensão da experiência da pandemia da elite econômica paulista, ligada especialmente ao mercado financeiro e, em sua maioria, na faixa etária entre 30 e 40 anos de idade. Primeiro, a ênfase dada em sua narrativa a sua atuação como DJ de eventos de luxo, fornecendo informações importantes para reflexão acerca da experiência da elite econômica paulistana com a pandemia. Segundo, a exclusividade do nicho de mercado descrita pelo DJ: “Você tem três mercados de casamento luxo no Brasil. São Paulo em primeiro lugar, pouquíssimo no Rio de Janeiro, pouquíssimo em BH. Acabou! O resto é mercado comum. Aqui em São Paulo é tudo diferente”⁷. A partir da percepção de um nativo do mercado de eventos sociais de luxo

de festas clandestinas desde, pelo menos, junho de 2020. Eles também destacavam a negligência do poder público municipal em coibir essas festas e que, quando havia alguma ação de fiscalização, os produtores dos eventos optavam por pagar as multas, pois o lucro dos eventos estavam sendo muito vantajosos. Os DJs também relatavam que, em um primeiro momento, as festas ocorriam em regiões mais afastadas da cidade, mas, com o passar do tempo, e as poucas ações para coibi-las, elas começaram a ser organizadas em bairros nobres como Morumbi, Jardins e Higienópolis.

4 Essas entrevistas foram realizadas no âmbito do meu estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais especificamente junto ao projeto Rede Covid-19 Humanidades. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php>. Acesso em: 20 ago. 2020.

5 As entrevistas seguiram uma combinação da técnica de “entrevista narrativa”, “considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p. 95) e com “entrevista episódica” (FLICK, 2008, p. 117-118).

6 A opção por esse formato de entrevista, por um lado, tem como ponto forte a possibilidade de aprofundar questões acerca de tópicos específicos de maior interesse dos entrevistados. Porém, por outro lado, esse modelo tende a produzir disparidades entre os tópicos abordados com os outros entrevistados. Por exemplo, alguns entrevistados dedicaram períodos consideráveis para analisar as vantagens e desvantagens da popularização da prática de *live streaming* entre os DJs, enquanto outros detinham-se em constatar se esse tópico poderia ser relevante ou não no período pós-pandemia.

7 Transcrição de trecho da entrevista. A entrevista foi realizada em 23 de setembro de 2020 por meio da plataforma

da cidade mais rica do país, exceto os exemplos citados, todo o resto é visto como “mercado comum”. Portanto, apesar de se tratar de uma nova elite local ligada majoritariamente ao mercado financeiro, é possível estimar que ela compõe parte significativa dos estratos mais ricos da população brasileira, que acentuam os índices de desigualdade econômica sem precedes como os registrados no Brasil.

Uma das questões pelas quais não há material mais extensivo nas ciências sociais sobre as elites das sociedades ocidentais modernas é a dificuldade de acesso direto a elas ou informações sobre elas (MEDEIROS, 2005; MILLS, 1981; SOUZA, 2016; NADER, 2020). Para o contexto brasileiro de pesquisa sobre elites, cabe destacar a obra organizada por Castilho, Lima e Teixeira (2014). Essa obra apresenta soluções metodológicas para a pesquisa de campo e a obtenção de informações em instâncias estatais e na administração, bem como para elites políticas e empresariais. Em tais contextos, a relação do etnógrafo com documentos e a inserção como membro ativo em campo se mostram como táticas de pesquisa que possibilitam a compreensão em situações de assimetria de poder desfavorável para o pesquisador. Mas ainda assim permanece a necessidade de criatividade metodológica para seja possível enfrentar a seguinte questão: “por quais meios e quão produtivos podem ser realizados estudos sobre os ‘de cima’?” (NADER, 2020)

Para acessar uma elite pelo menos dois caminhos podem ser seguidos: os “burocráticos”, isto é, os canais oficiais de comunicação oferecidos pelas próprias elites ou as informações oficiais fornecidas ao Estado e que são de acesso aberto ao público ou; os “pessoais”, ou seja, conseguir o acesso por meio de contatos pessoais que possam introduzir o pesquisador nesses pequenos círculos de relações. Sublinho que essas duas possibilidades de acesso não são autoexcludentes. Na verdade, podem funcionar de forma complementar na construção de um quadro mais completo e complexo do campo. O acesso que obtive ao círculo de relações de uma elite foi pessoal e de “segunda mão”, digamos assim. O DJ entrevistado que me introduziu a realidade de uma classe muito restrita é um amigo de alguns anos. Ele atua profissionalmente nesse ambiente economicamente privilegiado da sociedade brasileira. Talvez por causa desse tipo de acesso possam surgir especulações quanto a um possível deslumbramento de um profis-

de videoconferências (<https://meet.jit.si>), registrada em áudio e vídeo e teve duração de uma 1h50min6s. Naquele momento, o DJ estava há oito meses sem trabalhar, mas relatou que já estava fechando eventos para outubro e dezembro, bem como a sua agenda de 2021 só tinha dois sábados disponíveis. No momento da entrevista, o entrevistado estava em São Paulo, capital, e o entrevistador em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Todos os entrevistados da pesquisa foram informados no início da entrevista que suas identidades só seriam publicizadas quando expressamente solicitadas por eles. O DJ faz parte de um grupo muito restrito de prestadores de serviços e não solicitou a publicização de sua identidade pessoal.

sional que presta serviços para elite econômica. Porém, por mais que esse prestador de serviços não seja “um deles”, pois está ali na condição de trabalhador, em alguma medida ele faz parte de uma das pequenas parcelas das classes economicamente privilegiadas do país. Para prestar o tipo de serviço que esse profissional oferece, há a necessidade de compreensão dos códigos e da dimensão simbólica em que essa elite econômica opera, caso contrário você será excluído.

Quanto à relação pessoal como forma de inserção em campo, cabe destacar que tipo de relação é essa. O que nos aproximou foi justamente a atuação como DJ. Assim como o entrevistado, também atuo como DJ desde 1999, durante três anos produzi uma festa e o entrevistado foi uma das atrações dessa festa, o que resultou em uma relação mais próxima baseada no reconhecimento de interesses comuns (a música e a discotecagem) e pelo compartilhamento da experiência como DJ. A comunicação na entrevista tinha como condição implícita conhecimentos prévios do entrevistador sobre as dinâmicas específicas das relações entre DJs e contratantes em diferentes nichos de mercado (por exemplo, casas noturnas que têm a sua atuação segmentada por estilos musicais específicos e eventos sociais). Em certo sentido, a comunicação ocorria entre dois “nativos”, em que um deles relatava as particularidades das condições de atuação com um público muito específico.

A partir dessa ideia de acesso de “segunda mão” é possível voltar quase a uma constante no trabalho de campo em antropologia, a figura do informante privilegiado, que auxilia o antropólogo em seu processo de iniciação na cultura que deseja compreender. Essa figura do informante desde as primeiras etnografias de Malinowski (1978) e Boas (STOCKING JR, 2004) é um facilitador para as diferentes dimensões das visões de mundo de um grupo específico. O informante é o facilitador no acesso às instituições, aos padrões de comportamento e educação, à dimensão simbólica, à compreensão do ambiente e às formas de se deslocar nele, isto é, guia o pesquisador no mundo novo em que este se aventura. Neste sentido, o acesso de “segunda mão” às elites pode ser uma forma produtiva de compreendê-las. Afinal, para estar entre elas é preciso entender e se portar segundo os seus códigos.

Porque no meu mercado, você contrata um luxo, um nome, uma imagem. Ou seja, a roupa que eu visto, a forma como eu falo, com quem eu me relaciono, é o que faz eu ter esse cachê e não como eu toco. Então assim, existe um mistério que faz esse valor ser justificado. [...] O público com quem eu lido aqui em São Paulo eu não tenho como discutir com ele. Por mais que eu quisesse falar: “olha Procon está dizendo que eu posso reter 20% desse valor”. Por que eu não poderia fazer isso? Porque a partir do momento que eu deixo um cliente infeliz eu perco cinco, se eu deixar cinco eu perco vinte e cinco e a conta simples. Então, pensando na ética social dentro desse mundo que eu vivo, eu preciso devolver 100% do dinheiro que foi pago (Entrevistado 10, 2020).

A primeira frase do trecho acima fornece pistas sobre como o público desse DJ constitui

seus hábitos de consumo, o que pode ser uma boa entrada para compreensão dos valores cultivados e a construção dos gostos por diferentes elites (BOURDIEU, 1996, 2007; HENNION, 1993, 2011). Os hábitos de consumo da elite econômica para a qual o DJ presta serviços assentam-se, em certa medida, em uma lógica que busca expressar de forma pública um estilo de vida e os valores a ele associado.

Para termos uma noção do universo social, em termos de exclusividade e econômico, ao qual estamos nos referindo, parece interessante passar a palavra, mais uma vez, para o entrevistado:

Em uma pirâmide de DJs mais requisitados e caros de São Paulo, eu sou a segunda faixa. Ou seja, é como se tivesse chego lá! [...] Lembrando que esse mercado só existe aqui em São Paulo. No mundo talvez, só existe aqui. A gente está falando de DJs que cobram entre dez e trinta mil todo sábado. [...] No mercado de São Paulo, a gente tem dois DJs que estão no topo da pirâmide, um cobra vinte e cinco [mil] o outro cobra vinte e oito [mil]. Abaixo deles têm cinco DJs mais ou menos, eu e tem outros caras no meio, a gente cobra entre dez [mil] e quinze [mil]. Aí é fácil você fazer a conta! Você cobra dez, você ganha quarenta no mês, é muito dinheiro! [...]

O meu cachê hoje é doze setecentos e cinquenta [mil]. Quando eu passo esse valor ninguém acha que tá caro e fala “pelo amor de Deus baixa”, meu maior desconto é de 8%. A pessoa paga em torno de onze e doze mil reais. DJ, chegar tocar e ir embora! [...] você ganha essa fortuna por mês a sua vida começa a custar uma fortuna. Natural! Você não ganha quarenta mil e gasta 3 no mês (Entrevistado 10, 2020).

Com um cálculo rápido é possível inferir que a renda média mensal do entrevistado fica em torno de cinquenta mil reais, dez mil a mais do que ele mesmo aponta, tendo como base seus cachês cheios. Essa renda mensal resulta em uma renda média anual de algo em torno de seiscentos e doze mil reais. Levando em consideração que esse é um universo de prestação de serviço composto por aproximadamente 10 e 12 DJs, faz com que a condição do entrevistado seja significativa para compreensão da experiência e percepção da pandemia para as elites econômicas, pelo menos da parcela paulista⁸. Além de participar em termos econômicos da elite econômica, o DJ compreendeu a sua dimensão ideológica, pois conseguiu ter acesso a essa classe por meio do seu trabalho⁹.

8 “Em suma, as comparações corroboram que o Brasil é um dos países com maior concentração no topo, quiçá o maior. Por aqui, o 1% mais rico recebe em torno de 23% da renda total. Em outros países muito desiguais, esse percentual fica próximo a 20%, como nos Estados Unidos e na Colômbia”. (SOUZA, 2016, p. 249). Ver também os gráficos das frações dos rendimentos recebidas pelo 1% mais rico entre 1923-2013 e 1974-2013 (SOUZA, 2016, p. 262). Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE, “os 1% mais ricos, cerca de 900 mil pessoas, ganharam em 2019 R\$ 28.659 por mês. O valor equivale a 33,7 vezes a média da metade mais pobre”. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/10-mais-ricos-ficam-com-43-da-renda-nacional-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 3 fev. 2021.

9 Em um trecho da entrevista no qual o DJ analisa o impacto das *livestreams* para a cultura da música de pista, a

Em uma sociedade com a estrutura de distribuição de renda segmentada, basicamente, em uma grande parcela da população com baixa variabilidade de renda e uma pequena elite rica (MEDEIROS, 2005; SOUZA, 2016), adotar uma estratificação dualista, em termos de renda, é uma tentativa de compreender como esse pequeno grupo acumula muito mais que a maior parte da riqueza produzida. Mas também como o acúmulo de riqueza permite que eles influenciem as decisões do Estado e a produção da opinião pública, além de olhar as desigualdades a partir de outra perspectiva, porque a “desigualdade é diferente vista do topo” (SOUZA, 2016, p. 20). Quando os ricos estão no centro das atenções, os diagnósticos, hipóteses e interpretações não são os mesmos que emergem ao se analisarem outros estratos, como os mais pobres ou a dita classe média [...]” (SOUZA, 2016, p. 20).

A disciplina antropológica deve muito de sua produção a indignação dos antropólogos com as situações aviltantes que diferentes populações, distribuídas na história e no espaço, precisavam aprender a lidar. Essa indignação tende a gerar empatia com aqueles que se defrontam com as consequências e as formas de vida das elites. E, diante disso, a disciplina antropológica tendeu a produzir seu conhecimento a partir da perspectiva daqueles que precisavam resignarem-se e se adaptarem diante das dificuldades a eles imputadas desde os “centros de cálculo” (LATOUR, 2001, p. 346) controlados pelas elites. Nader (2020) sublinha como a indignação diante das controvérsias e disputas sociais têm sido ao longo da formação da disciplina antropológica um motor para a sua produção, sendo que essa indignação pode servir de impulso para novos caminhos para a disciplina. A questão então é como usar a indignação para produzir um redirecionamento do olhar antropológico para o “centro do centro”¹⁰ (LATOUR, 2004, p. 400).

Retomando a questão de assimetria de poder que está sempre em jogo na relação entre pesquisador e pesquisado, a assimetria de poder desfavorável aos pesquisadores, como no caso de pesquisas sobre elites, acaba por se apresentar como um problema metodológico porque tende a diferir das condições de pesquisa consagradas pelos manuais e clássicos sobre pesqui-

vida noturna de forma geral e a condição de escutar e assistir os artistas que são os seus ídolos em casa e não mais em um *club* e numa pista de dança, ele afirma: “porque eu nasci não rico, eu nunca tive dinheiro para ir para o interior, que dirá para os Estados Unidos ou Europa”.

10 “Poderíamos dizer que esses antropólogos que trabalham com o tema da modernidade não se interessam senão pela “periferia” da cultura ocidental? Sim, é isso, a periferia do centro! E não o centro do centro! Ou tampouco a periferia, aliás. Agora não sabemos muito bem onde é o centro e onde é a periferia. Os antropólogos não se interessam pelas multinacionais, eles não se interessam pela indústria, pelas técnicas”. (LATOUR, 2004, p. 400). Ou nas palavras de Nader (2020, p. 334): “E se [...] os antropólogos estudassem os colonizadores em vez dos colonizados, a cultura do poder e em vez da cultura do impotente, a cultura da influência e não aquela cultura da pobreza?”. Podemos dizer que as elites econômicas compõem junto com as ciências, as técnicas, as tecnologias, a indústria, as multinacionais, o centro do centro.

sa de campo (CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014). Com essa desvantagem, surgem duas questões centrais para a produção e conhecimento sobre as sociedades contemporâneas: quais as consequências com as quais os pesquisadores deverão lidar ao se dedicarem a descrever as elites? Como estudar as elites implica em adaptações metodológicas e novas leituras teóricas das realidades sociais quando vistas desde a perspectiva das elites?

Para a primeira questão, é possível sublinhar, pelo menos, duas dimensões, uma acerca do financiamento de pesquisa e outra sobre as questões éticas que podem vir a se tornar político-jurídicas. Como o financiamento de pesquisa pode se tornar uma forma de controle da autonomia relativa da pesquisa científica? Partindo da realidade da pesquisa nas universidades brasileiras, principalmente nas públicas, o controle direto da distribuição de verbas para pesquisa pode parecer menos provável, no entanto, os diferentes *lobbys* na arena política vêm mostrando como uma guerra ideológica pode conseguir direcionar o estrangulamento do financiamento em áreas específicas. Porém, quando se pensa em um contexto em que as instituições de pesquisa obtêm seus financiamentos por meio de mecanismos que combinam investimentos públicos e filantropia privada, essa guerra ideológica fica mais evidente, como é o caso estadunidense. Chamayou (2020, p. 137-148) traz um exemplo muito claro desta situação de “guerra de ideias”.

Em 1973, David Packard, ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos e proprietário da Hewlett Packard, ordena que os empresários parem de subvencionar às cegas as universidades com suas doações, pois são justamente “conglomerados universitários hostis que, em grande medida, arcam com a responsabilidade das orientações antiempresariais que gangrenam parte significativa da juventude”. [...] Kristol concorda: é “perfeitamente razoável que as empresas distingam sua filantropia o amigo do inimigo”.
[...]

Robert Malott, conhecido dirigente da indústria química, salienta a vantagem de aumentar a dependência das universidades em relação aos fundos privados: o doador filantropo poderia avaliar o conteúdo dos programas antes de decidir se abre ou não o talão de cheques [...]. “Nós temos o direito de instalar um filtro filosófico para determinar como vai ser distribuído o dinheiro dos acionistas? Temos não só o direito e a capacidade para tanto, como a obrigação”.

Por um lado, apesar dos protocolos metodológicos e éticos que preveem e buscam que a anonimidade do pesquisado seja garantida nas relações de pesquisa¹¹, é possível que qualquer

¹¹ Fonseca (2008) destaca que a questão do anonimato não deve ser um procedimento automático, que a reflexividade sobre tal dispositivo precisa ser avaliada a partir dos contextos específicos de pesquisa. A prática de substituição ou ocultação de nomes por si só não garante anonimato, em especial quando usados em textos etnográficos que trazem com detalhes os contextos em que ocorreram. A prática etnográfica não visa restituir a “realidade bruta” (p. 49), a centralidade ética e política da etnografia assenta-se em sua capacidade de explicitar a complexidade dos casos singulares. O anonimato, por sua vez, apresenta-se como um mecanismo de reafirmação da responsabilidade

informação sobre as elites usada para as descrever possa se converter em uma ação jurídica, que objetive apenas reforçar a assimetria de poder nessa relação ou, no limite, encerrar precipitadamente agendas de pesquisa e carreiras. Uma das questões centrais e críticas da reflexão quanto às dimensões éticas ao se trabalhar com indivíduos e coletividades menos favorecidas passa pelos usos das informações obtidas em campo como possíveis produtoras de vulnerabilidade para os pesquisados. O investimento em uma agenda de pesquisa que busque compreender as elites em suas diferentes manifestações demanda dos pesquisadores o enfrentamento para além dos embates próprios do fazer científico. A questão passa a ser como o fazer científico não será um produtor de vulnerabilidade para os pesquisadores e ainda assim possa contribuir para a descrição e compreensão dos papéis das elites.

Por outro lado, diante de tais condições, a questão metodológica torna-se ainda mais relevante. Segundo Nader (2020, p. 337), “o estudo do homem teve de ser eclético em seus métodos, amplo em sua visão do que é preciso para entender o homem”. Neste sentido, é preciso pensar acerca da necessidade de outras formas de acesso à informação que não por meio da pesquisa de campo em primeira pessoa. Cabe nos perguntarmos também em que medida o acesso e as escolhas de campo estão sob o controle do pesquisador. Gusterson (1997, p. 116) aponta a necessidade de um “engajamento polimorfo” (*polimorfos engagement*) na empresa etnográfica. Tal abordagem, segundo o autor, mantém as características próprias da pesquisa antropológica, porém desloca seu foco de abordagem da observação participante. “Engajamento polimorfo significa interagir com informantes em vários locais dispersos, não apenas em comunidades locais, e às vezes de forma virtual; e significa coletar dados ecleticamente de uma variedade dispar de fontes de muitas maneiras diferentes.” (GUSTERSON, 1997, p. 116).

Esta é uma questão que não fica restrita a uma adaptação técnica e metodológica do fazer antropológico, olhar para os “de cima” tem o potencial de fornecer uma base comparativa para as categorias já estabelecidas no debate teórico das ciências sociais. Nader (2020) apresenta um bom exemplo dessa questão, como seria a compreensão sociológica do que é, como e quem está vinculada a criminalidade se o ponto de partida para formulação destas dimensões da vida coletiva fossem os crimes de colarinho branco e não a criminalidade de rua que, em grande medida, é o resultado de grandes desigualdades socioeconômicas. Portanto, olhar para as elites atualmente tem o potencial para, pelo menos, que possamos abordar categorias e fenômenos já estabelecidos na teoria social sob outra perspectiva. Tal mudança de ponto de vista pode oferecer melhores condições na compreensão de como desigualdades tão grandes são produzidas e

autoral do texto etnográfico do antropólogo diante daqueles que colaboraram para a realização da pesquisa.

reproduzidas nas sociedades contemporâneas.

O ponto aqui não é negar ou desconsiderar a importância da observação participante para o fazer antropológico, mas pensar como o deslocamento metodológico necessário para pesquisar as elites das sociedades urbanas contemporâneas pode ser equivalente aos choques culturais pelos quais antropólogos que pesquisavam e pesquisam em comunidades e espaços remotos. Adentrar os meandros burocráticos da grande indústria, das instituições públicas ou de escritórios de patente, por exemplo, pode causar tanto choque e estranhamento quanto viajar para as ilhas da melanésia ou ir para comunidade isoladas nas florestas tropicais para viver entre seus nativos. Lembro de minha surpresa durante a entrevista com o DJ paulistano quando descobri a existência desse mercado de luxo e quando me foi relatado em números o que significa luxo nesse estrato da população brasileira. Neste sentido, se faz necessário pensar a constituição de um *ethos* antropológico que compreenda o “engajamento polimorfo” (GUSTERSON, 1997, p. 116).

A emergência da pandemia de COVID-19 em 2020 com toda a sua complexidade se mostrou também como um desafio para a pesquisa de campo *in locu* e acabou por empurrar muitas pesquisas para o mundo digital. A presente pesquisa partiu deste impasse: como fazer pesquisa de campo em distanciamento físico¹²?

Com a descoberta de campo da elite econômica e as festas no período de isolamento, a saída possível para lidar com este objeto foi tentar uma combinação entre a etnografia digital e a atenção aos detalhes do próprio trabalho de campo tradicional. Por um lado, a atenção aos detalhes e as sutilezas do campo é fundamental para a abordagem do mundo digital, o tipo de atenção necessária para tal empresa pode ser exemplificado no trabalho clássico de Fonseca (2000), que evidencia a relevância e a múltipla funcionalidade da fofoca na organização do

12 “No Brasil, todos os estados e o Distrito Federal adotaram medidas de *distanciamentos sociais* poucos dias após 11 de março, data da declaração do novo coronavírus como pandemia, pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”. (MALHÃO; AMANCIO; SILVEIRAS, 2020, p. 241-242). Opto pela categoria de distanciamento físico ao invés de distanciamento social como já destacado por Malhão, Amancio e Silveiras (2020, p. 245): “distanciamento *físico*, entre corpos que ocupam espaço comum, amplamente recomendado para evitar de transmissão viral. [...] o distanciamento *social*, entre as classes sociais e suas inerentes possibilidade de cumprirem o distanciamento físico. Num supermercado, nota-se as classes sociais que se limitam a compras e retorno às suas residências, de máximo tempo de distanciamento físico; as classes sociais empregadas, sob direitos trabalhistas e remuneração conforme jornada de trabalho, de médio tempo de distanciamento físico; as classes sociais que prestam serviços via aplicativos, cuja remuneração depende de cada entrega domiciliar e maior exposição às ruas, de mínimo tempo de distanciamento físico. No Brasil, vale ressaltar que muitos trabalhadores *empregados* também são *prestadores de serviços* por aplicativos. Além disso, que esse gradiente de desigualdade não acompanha apenas situações de classe, mas de raça, como podemos observar nos boletins de morte por COVID-19 do Ministério da Saúde, e de gênero, como podemos observar na nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre intensificação da violência doméstica em tempos de ‘fique em casa’.” Grifos no original.

cotidiano de classes populares em Porto Alegre. Apesar de trabalhar com classes populares, a abordagem de Fonseca (2000) fornece as ferramentas necessárias para um olhar etnográfico acurado para as diferentes formas de presença digital das diferentes elites.

Por outro lado, a etnografia digital, apesar de estar relativamente consolidada e acumular reflexões acerca dos seus desafios próprios há mais de 20 anos (SEGATA, 2015; SEGATA; RIFIOTIS, 2016), ainda parece um território a ser explorado em sua multiplicidade de possibilidades. Ao refletirem sobre a particularidade da empresa etnográfica em ambientes digitais, Leitão e Gomes (2017) destacam três formas possíveis de abordagem etnográfica a partir da lógica específica de diferentes plataformas digitais, a saber: perambulações, acompanhamentos e imersões. A perambulação é própria de ambientes digitais com ritmos e topografias que favorecem um fluxo intenso de informações (imagens, textos, vídeos, áudios, hashtags [#] e hiperlinks), assemelhando-se com o intenso movimento de uma praça em um grande centro urbano (LEITÃO; GOMES, 2017). No mundo digital, esse modo de existir é próprio de plataformas como o *Facebook* e o *Instagram*. Nesse tipo de contexto, a observação antropológica pode se assemelhar as caminhadas errantes do flâneur moderno, ou seja, demanda uma movimentação constante e com a atenção voltada para diversos estímulos simultaneamente. Portanto, a questão passa a ser mapear os movimentos a partir de informações muito distintas entre si.

Neste ponto do artigo, já ficou evidente o uso frequente de notas com hiperlinks. Essa técnica foi utilizada como uma forma de perambulação pela internet em geral como fonte de informação, e partiu tanto da entrevista com o DJ quanto da perambulação no perfil de *Instagram* denominado *Brasil Fede Covid*¹³. A perambulação digital, ao mesmo tempo que ajudava a construir um contexto mais geral sobre a experiência e o risco da pandemia no Brasil, também incluía a elite econômica paulistana e jovem nesse panorama, bem como permitia evidenciar as desigualdades evidentes nas formas de exposição ao risco de contaminação em relação às

13 Ver: <https://www.instagram.com/brasilfedecovid>. Acesso em: 1 de mai. 2020. Esse perfil surgiu nos primeiros meses da pandemia em 2020 com o intuito de denunciar as festas clandestinas que vinham ocorrendo. Naquele momento, os eventos denunciados no perfil, em sua maioria, eram para um público economicamente privilegiado, tal característica pode ser observada pela distribuição espacial dos eventos em bairros nobres, em especial em São Paulo. O perfil atua com um caráter político de denúncia, por isso marca em suas publicações os locais em que os eventos são realizados, os organizadores, artistas participantes, bem como os órgãos do poder público responsáveis pela fiscalização de tais eventos. Ao longo do ano 2020, o corte de classe que era evidente no perfil foi se alterando. Em 2021, a frequência de postagens com eventos realizados em áreas periféricas, em especial nas capitais, aumentou. “O projeto Brasil Fede Covid surgiu para mostrar que falhamos como sociedade. Provar que os brasileiros são frios e só pensam em sua bolha social”, afirma o criador do perfil. “Além disso, encontramos no Instagram uma maneira de ajudar o poder público na fiscalização de eventos clandestinos e ilegais, que contribuem diretamente para o agravamento da covid no Brasil.” Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/01/brasil-fede-covid-falhamos-como-sociedade-diz-criador-de-perfil-no-instagram-que-denuncia-covidfest/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

camadas economicamente menos privilegiadas.

A questão é nos perguntarmos como os cientistas sociais podem explicar os modos de vida e de ação dos grupos que formam o “centro do centro” (LATOURE, 2004, p. 400). Isto é, como as ciências sociais podem explicar os níveis de acumulação de riquezas e as desigualdades brasileiras olhando para o topo da pirâmide de distribuição de renda? Como descrever a tradição de adesão da transferência tecnológica e a sistemática política de subfinanciamento da ciência nacional ao olhar para as elites políticas?¹⁴

REVISITANDO A CONTROVÉRSIA ENTRE SOCIEDADES DE RISCOS E DE CLASSES DESDE A PERSPECTIVA PANDÊMICA: OS RISCOS SÃO DISTRIBUÍDOS DEMOCRATICAMENTE ENTRE AS CLASSES?

Se na seção anterior o foco esteve nas implicações metodológicas no estudo de elites econômicas, em especial no acesso ao campo e as particularidades da análise antropológica quando orientada “para cima”, nesta o foco volta-se para retomada da questão das sociedades de risco e a sua relação com a dimensão de classe, a partir da entrevista com o DJ paulistano e tentando estabelecer um contraste com o contexto de experiência dos estratos economicamente privilegiados na sociedade brasileira em relação às classes populares. Desse modo, como é possível interrogar a experiência do risco em uma pandemia a partir de um corte de classe?

Beck (2011), identifica no último quarto do século passado uma crise profunda e genera-

14 Para o caso da ciência brasileira quando se pensa nas condições de financiamento é pertinente lembrar a célebre reflexão de Darcy Ribeiro acerca da educação, por extensão da ciência, de que a crise desta não era de fato uma crise, mas um projeto. O caso mais recente que pode exemplificar tal projeto é o do edital Pós-Doutorado Júnior – PDJ 2020 realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa chamada de financiamento teve 4.279 projetos inscritos em todas as áreas de conhecimento oriundos de todo o território nacional, do total 3.080 tiveram seu mérito reconhecido pelos pareceristas e foram indicados para o financiamento, mas apenas 396 projetos receberam financiamento para implementação das pesquisas. Esse é um exemplo dos cortes sistemáticos que a ciência vem sofrendo no Brasil. Mais informações estão disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/cnpq-tem-menor-orcamento-do-seculo-21-corta-bolsas-afeta-pesquisas-em-meio-pandemia-25038771>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57289688.amp?s=08>; <https://jornal.usp.br/ciencias/orcamento-2021-compromete-o-futuro-da-ciencia-brasileira/>; <http://www.abc.org.br/2021/01/05/ciencia-brasileira-sofre-com-cortes-de-verbas-e-encara-cenario-dramatico-para-pesquisas-em-2021/>; <https://super.abril.com.br/ciencia/cnpq-so-conseguira-pagar-13-das-bolsas-aprovadas-para-cientistas-em-2021/>. Acesso em: 3 set. 2021. Ou o caso em que o ministro da Educação Milton Ribeiro afirmou em entrevista à TV Brasil: a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2021.

lizada na modernidade tardia: “Vivenciamos uma transformação dos fundamentos da transformação. Para poder chegar a conceber isso é pressuposto que a imagem da sociedade industrial seja revista” (BECK, 2011, p. 17). A crise que Beck tenta descrever e lidar é transversal as sociedades contemporâneas, pois ela passa pelas dimensões ambiental, produtiva, simbólica, subjetiva, tecnológica, econômica e cultural, sendo que uma das principais consequências desse contexto é a produção de alternativas infernais¹⁵. O que Beck traz com a ideia de transformação dos fundamentos da transformação é que a modernidade tardia não repousa mais sob as bases da modernidade desenvolvida, que, desde Chernobyl, é preciso que compreendamos como essa fase da modernidade, em certa medida, democratizou as consequências do seu desenvolvimento para todo o globo¹⁶.

O argumento desenvolvido por Beck que, ao considerar a hipótese da sociedade de risco, o perigo e a insegurança são condições inevitáveis da existência humana, o risco como categoria moderna “pressupõe *decisões humanas*, futuros humanamente produzidos (probabilidade, tecnologia, modernização)” (BECK, 2011, p. 362, grifo do autor). O autor associa as mudanças climáticas ao tipo de desenvolvimento tecnológico, industrial e econômico, porém vê o conceito de classe como fraco para pensar a distribuição dos riscos. Pois, a partir do efeito bumerangue (BECK, 2011), mais cedo ou mais tarde, todos serão atingidos pelos efeitos produzidos nas sociedades de risco. Cabe perguntar desde a perspectiva de uma pandemia, se países ricos e pobres foram afetados de forma semelhante. Como se deu a distribuição dos impactos dentro das populações entre os diferentes países? E, se a partir da dinâmica de distribuição dos riscos entre as diferentes classes, se, de fato, a dimensão de classe colabora para a compreensão dos riscos.

Quando Beck (2011) escrevia sobre a distribuição dos riscos na década de 1980, no contexto europeu e a partir de um acidente em uma usina nuclear, em que a dinâmica das conse-

15 Stengers e Pignarre (2017), ao abordarem o capitalismo como um sistema de bruxaria que tem como objetivo produzir constantemente modos de captura dos vulneráveis para as suas maquinações, destacam o papel relevante dos becos sem saída da resignação e da mobilização da ação que tal condição cria. Os autores chamam essas questões de “alternativas infernais” (p. 61), apresentadas como um conjunto de situações que aparentemente as únicas saídas possíveis são a resignação pura e simples, “nada do que fazemos fará diferença” (p. 61); ou entramos em um modo de denúncia vazia, em que a impotência é o sentimento que impera, pois, a única saída possível é a implosão por completo “do sistema” (p. 61).

16 “Todo o sofrimento, toda a miséria e toda a violência que seres humanos infligiram a seres humanos eram até então reservados à categoria dos ‘outros’ [...]. fronteiras reais e simbólicas, atrás das quais aqueles que aparentemente não eram afetados podiam se recolher. Isso tudo continua a existir e, ao mesmo tempo, desde Chernobyl, deixou de existir. É o fim dos ‘outros’, o fim de todas as nossas bem cultivadas possibilidades de distanciamento, algo que se tornou palpável com a contaminação nuclear. A miséria pode ser segregada mas não os perigos da era nuclear. [...]. Sua violência é a violência do perigo, que suprime todas as zonas de proteção e todas as diferenciações da modernidade” (BECK, 2011, p. 7). Grifos no original.

quências é regida por condições climáticas, talvez a dimensão de classe apresentava limitações evidentes, até mesmo obsoleta. Porém, como pensar os riscos a partir de uma pandemia em que a principal forma de propagação dos riscos se dá pelo movimento humano, em vez de pelos ventos. Como o conceito de classe pode ter uma implicação significativa sobre os riscos aos quais se está exposto?

No contexto pandêmico brasileiro, a dimensão de classe vem fazendo a diferença para o tipo e a quantidade de exposição que pode resultar em uma provável contaminação¹⁷. Isto é, os riscos podem ser qualitativamente distribuídos segundo a condição de classe, bem como as condições de enfrentamento¹⁸. Neste sentido, a sociedade de risco fica atrelada à sociedade de classes, diferentemente da superação da segunda pela primeira como afirmava Beck (2011). Conseqüentemente, a percepção e a sensação de perigo diante da pandemia também variam segundo a dimensão de classe, mas não apenas essa, gênero, raça e faixa etária também compõem os fatores que ajudam delinear a percepção e a experiência do risco na pandemia. Cabe ressaltar a percepção de um DJ paulistano que trabalha no mercado de eventos sociais de luxo¹⁹ sobre a forma como as elites econômicas estavam percebendo e experienciando a pandemia diante da sua condição de classe.

O que eu vejo atualmente está voltando [...]. É um mercado que mesmo na pior crise nunca é afetado. [...] Os meus maiores clientes são do mercado financeiro e é gente teve uma queda bem expressiva. Mas assim, a gente está falando de cara que chega a

17 A primeira fase do programa brasileiro de imunização contra a Covid-19 foi destinada aos profissionais de saúde, mais especificamente, médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Enquanto isso, os funcionários administrativos dos serviços de saúde, os trabalhadores da limpeza e dos serviços gerais e terceirizados (categorias econômica e socialmente menos privilegiadas) foram excluídos. O que gerou uma controvérsia acerca da definição de profissionais da saúde e os níveis de risco e exposição que os diferentes trabalhadores dos serviços de saúde estão expostos cotidianamente. No entanto, se os funcionários dos serviços de saúde estão preocupados em serem vacinados para reduzir os riscos aos quais estão expostos, as elites econômicas buscam por UTIs aéreas, saem do país para serem vacinados no exterior ou constroem abrigos subterrâneos que podem resistir desde catástrofes nucleares a pandemias. Ver: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/24/invisiveis-nos-hospitais-profissionais-de-limpeza-e-cozinha-salvam-vidas.htm>. Acesso em: 22 jan. 2021; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/20/funcionarios-terceirizados-temem-ficar-fora-de-vacinacao-prioritaria-em-pe.htm>. Acesso em: 2 fev. 2021; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/coronavirus-rede-privada-sem-vaga-manaus-belem-mais-ricos-fuga-uti-aerea-sp.htm>. Acesso em: 18 jun. 2020; <https://eassim.com.br/elite-brasileira-corre-para-os-aeroportos-para-se-vacinar-na-europa-e-eua/>. Acesso em: 28 jan. 2021; <https://forbes.com.br/negocios/2020/03/bunkers-milionarios-o-novo-jeito-de-escapar-da-pandemia/>. Acesso em: 1 abr. 2020; <https://www.bbc.com/portuguese/geral-38809611>. Acesso em: 1 abr. 2020.

18 Ver: <https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>. Acesso em: 2 fev. 2021; <https://cnts.org.br/noticias/vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-e-homem-pobre-e-negro/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

19 Na seção seguinte do presente artigo, em que são discutidas as questões metodológicas, são apresentadas as condições da realização da entrevista com o referido DJ.

ter bi [bilhão], a queda dele não afeta a vida do cara. Essas pessoas têm acesso à saúde e regalias que é praticamente zero algum por cento da população brasileira tem. Que são médicos particulares, aviões particulares para levar até ao médico, enfim. Cara, não é nenhum conto de filme, é uma realidade que eu vivo hoje em dia. Usando essas referências, eles não têm medo de pegar o coronavírus. Eles têm acesso à saúde boa, hospitais bons, não vai passar perrengue de superlotação, e por aí vai. Levando isso em consideração, a galera tá voltando a fazer festas, óbvio que não casamento, mas sábado passado toquei em uma festa dentro de uma casa, agora tô fechando um chá bar para dezembro, em setembro vou fazer uma comemoração de 1 ano de casado e por aí vai. Porque eles estão cansados de ficar em casa, tem dinheiro, não estão com medo de contrair o vírus e não é ilegal. Não existe um decreto dizendo que se você tiver cinquenta pessoas na sua casa você vai ser preso. Tá liberado.²⁰ (Entrevistado 10, 2020).

Essa fala traz à tona a percepção de um observador privilegiado do modo como uma nova elite econômica paulista se relaciona com os riscos próprios da pandemia. Por outro lado, no contexto de crescimento do desemprego e altos índices de informalidade e de trabalho precarizado mediado por plataformas digitais, uma parcela significativa da população economicamente ativa brasileira não teve a opção de adotar as medidas de distanciamento. O que criou condições bem distintas de percepção do risco de contaminação. Afinal, as atividades laborais que garantiam a sua subsistência os impeliam à exposição a contaminação apesar do risco. Na verdade, a probabilidade de contaminação pelo novo coronavírus foi acrescida aos demais riscos cotidianos já existentes²¹. Não por acaso, nos bairros periféricos das grandes cidades

20 Essa entrevista foi realizada em setembro de 2020, momento em que as medidas de distanciamento e retomada dos eventos sociais ou do setor de entretenimento estavam em fase de discussão e experiência de protocolos de segurança sanitária para a retomada das atividades; diferentemente da explosão de eventos e a desconsideração das medidas de distanciamento que iniciaram com o período de festas de final de ano. Em novembro de 2020, o governo estadual de São Paulo liberou a realização de alguns tipos de eventos com público de até 600 pessoas, inclusive casamentos, o principal tipo de evento realizado pelo entrevistado. Portanto, mesmo antes dessa liberação, já vinham ocorrendo eventos em espaços privados, o que evidencia a especificidade da constituição das entre público e privado no Brasil (DAMATTA, 1997; FAORO, 2001; HOLANDA, 1995).

21 Desde o início da pandemia, a postura do presidente e dos seus colaboradores mais próximos é a de negação da gravidade do problema. Assim, gestaram de todas as formas possíveis as condições ideais para intensificação da necropolítica (MBEMBE, 2018), que já se efetua por outros meios em relação aos mais pobres. O que não contrasta com o histórico como as elites brasileiras preferem se relacionar com as camadas populares. Dito isso, acredito ser necessário acrescentar duas passagens do livro *Relatório Lugano*, escrito pela cientista política Susan George na segunda metade da década de 1990. A primeira passagem é um excerto estupefacente da percepção que o filósofo francês Gilles Châtelet teve do Brasil, naquele momento e como essa percepção foi recebida por um grupo de intelectuais, dentre eles o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, que narra o episódio: “A exortação de George evocou em mim um comentário chocante de Gilles Châtelet que certo dia exclamou, num tom desesperado, a um grupo de intelectuais brasileiros: “Do jeito que as coisas vão, se vocês matassem os pobres do Brasil seria menos pior do que os horrores que vocês vão cometer contra eles”. A observação surpreendeu os ouvintes, que conheciam o caráter radicalmente antifascista do filósofo francês; mas gravou-se como ferro em brasa em nosso espírito, porque sabíamos que ele evidentemente não estava defendendo o genocídio dos pobres mas apontando, por um lado, a criminoso e hipócrita face oculta das elites brasileiras, e por outro, o que considerava nossa inação. Meses depois, perdendo definitivamente a esperança no mundo, Châtelet suicidou-se [...]” (SANTOS, 2002, p. 6). George, por sua vez, ao descrever, por meio das recomendações do grupo de especialistas que redigiram o relatório

brasileiras ocorria mais uma situação paradoxal. Esses bairros concentram a maioria dos trabalhadores (em grande medida na faixa etária entre 20 e 40 anos, faixa etária normalmente mais exposta a outros riscos da vida urbana) e seguiram seus hábitos de lazer, apesar da pandemia²². No entanto, nessas mesmas regiões, se consolidaram redes de solidariedade e para o controle da pandemia²³.

Por um lado, a exposição aos riscos da pandemia das classes economicamente menos privilegiadas, inicialmente, foi forçada por falta de opções para garantir a sua subsistência em termos financeiros, o que, conseqüentemente, levou a exposições para outras atividades, como as de lazer. Afinal de contas, o risco não pode ser evitado cotidianamente nas atividades de trabalho, então parece não fazer muito sentido se privarem das atividades de lazer. Por outro lado, as pessoas economicamente privilegiadas, como informa o DJ entrevistado, baseiam sua falta de medo de exposição aos riscos de contaminação nas possibilidades de enfrentamento das conseqüências oferecidas por sua condição de classe. Ou seja, o acesso aos serviços que só estão disponíveis para aqueles que têm como pagar por eles ou a mobilização de redes de influência para obter acesso²⁴.

que supostamente deveria orientar as ações das elites econômicas mundiais, quais seriam os melhores caminhos para o sistema de livre mercado se manter como dominante no século XXI, diz o seguinte: “O modelo Auchwitz é o contrário do que é necessário para se atingir o objetivo. Por isso, é muito mais importante redirecionar os custos do que obter novos fundos”. A seleção das “vítimas” não deverá ser preocupação de ninguém a não ser das próprias “vítimas”. Elas mesmas se escolherão pelos critérios de incompetência, incapacidade, pobreza, ignorância, preguiça, criminalidade e assim por diante; quer dizer, elas se encontram no grupo dos pobres. (GEORGE, 2002, p. 89).

22 Ver: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/jovens-relatam-os-motivos-para-irem-a-festas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 12 fev. 2021; <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/03/periferias-de-sao-paulo-tem-bailes-funk-em-meio-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2020.

23 Ver: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/06/paraisopolis-controla-melhor-pandemia-do-que-cidade-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 1 jul. 2020.

24 Vale lembrar que Mills (1981) ressalta que as elites do poder transcendem as condições de vida das pessoas comuns, que elas, além do poder econômico, dominam as estruturas de poder do Estado, bem como estão estrategicamente localizadas nas estruturas de poder: “A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências. [...] comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. Comandam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem” (p. 12).

Haja vista os casos de pessoas “furando a fila” dos planos de vacinação contra a COVID-19. Ver: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/01/fura-fila-vacina-elite-governo-bolsonaro/?fbclid=IwAR2Qw2Fd9DJy-fMYL8ZUt0Wa4JKItpwEwPxFblo5080KUD1Z1oivJ_0PNams. Acesso em: 25 jan. 2021; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55744032>. Acesso em: 25 jan. 2021; <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/02/04/investigacao-sobre-desvios-de-vacina-contracovid-19-no-amazonas-esta-parada>. Acesso em: 5 fev. 2021. Existem também os casos de simulação de aplicação das vacinas. Por exemplo: ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/15/imagens-mostram-idosos-recebendo-falsa-aplicacao-de-vacina-contracovid-19-no-rj.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2021. Ou <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/02/03/falsa-va>

Em entrevistas realizadas ainda em agosto de 2020 com outros DJs paulistanos, um tópico recorrente eram as festas clandestinas que ocorriam na cidade e como elas estavam lucrando de forma espantosa, bem como vinham inflacionando os cachês dos DJs que aceitavam se apresentar nos eventos, às vezes recebendo três vezes mais do que estavam acostumados a receber antes da pandemia. Mas a explosão desse tipo de aglomeração para lazer teve o seu pico com as festas de final de ano, principalmente a partir das festas promovidas por figuras públicas, como esportistas e influenciadores digitais. O caso mais emblemático foi o da festa realizada pelo jogador de futebol Neymar Jr., que contou com uma lista de 500 convidados e que tinha como uma das condições para a participação que os convidados não usassem seus *smartphones* para registrarem imagens do evento. Portanto, a grande questão não era o risco de propagação do coronavírus, mas sim as consequências para a imagem pública dos envolvidos e os possíveis prejuízos para suas atividades profissionais²⁵, o que traz para discussão a dimensão ética e moral dos comportamentos das elites diante dos riscos.

Além do comportamento que ignora as recomendações de distanciamento para uma gestão coletiva eficiente da transmissão do coronavírus, a dimensão ética de capacidade de enfrentamento aos riscos da pandemia demarcava a linha de quem poderia ou não ter acesso a imunização segundo sua condição de classe. O Brasil possui um sistema de saúde unificado e altamente capilarizado, bem como a tradição de fornecer vacinas para sua população por meio desse sistema de forma ampla e gratuita. Porém, antes de haver um plano nacional de vacinação, a rede privada já cogitava a possibilidade de assumir a dianteira no processo de imunização da população, ou pelo menos da parcela que conseguisse pagar²⁶. A Organização Mundial de Saúde chegou a destacar que a discussão sobre a possibilidade de a vacinação começar na iniciativa privada em detrimento da rede pública era uma especificidade brasileira, o que dá uma

cinacao-de-idosa-1-pericia-mostra-que-seringa-nao-tinha-defeito.htm. Acesso em: 17 fev. 2021. Nesses casos de falsa aplicação da vacina, é difícil saber qual o destino das doses não aplicadas, mas não se pode desconsiderar a possibilidade de entrarem em um mercado ilegal de medicamentos.

25 Ver: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-12-28/ricos-e-celebridades-como-neymar-assuem-risco-de-espalhar-virus-com-viagens-e-festas-de-fim-de-ano.html>. Acesso em: 29 dez. 2020. Ou: <https://www.uol.com.br/splash/colunas/fevito/2020/12/28/famosos-nao-temem-contrair-covid-em-festas-o-medo-deles-e-ser-flagrado.htm>. Acesso em: 29 dez. 2020. As viagens dos mais ricos para seus momentos de lazer no final de ano conseguiram criar congestionamentos aéreos em alguns destinos da região nordeste e a falta de aeronaves disponíveis para locação. Ver: <https://economia.uol.com.br/todos-a-bordo/2021/01/23/procura-taxi-aereo-falta-jato-e-helicoptero.htm>. Acesso em: 26 dez. 2020.

26 Ver: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2021/01/08/vacinar-primeiro-quem-pode-pagar-abre-desafio-etico-e-de-saude-publica.htm>. Acesso em: 11 jan. 2021. Ver: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/03/covid-19-rede-privada-negocia-5-mi-de-vacinas-indianas-diz-associao.htm>. Acesso em: 6 jan. 2021.

dimensão da forma como nossas elites econômicas pensam sua participação na vida coletiva²⁷. Essa postura das elites econômicas brasileiras, evidenciada pelo fenômeno pandêmico, traz para o debate uma tensão entre a dimensão de classe e a sociedade de risco como Beck (2011) conceitua²⁸.

Ao mesmo tempo que a dimensão de classe é um determinante da forma como os riscos são produzidos e distribuídos, há também o reconhecimento de que nas sociedades de risco, de alguma forma, todos serão atingidos pelas consequências do desenvolvimento econômico e tecnológico. Além disso, duas outras dimensões da organização das sociedades de risco são fundamentais para se pensar a partir da forma como as elites econômicas enfrentam a pandemia. A primeira, é que os riscos, em certa medida, falam sobre um futuro possível, isto é:

Riscos não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos. Neles, exprime-se, sobretudo um componente *futuro*. Este baseia-se em parte na extensão futura dos danos atualmente previsíveis e em parte numa perda geral de confiança ou num suposto “amplificador do risco”. Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje. [...] a verdadeira força social do argumento do risco reside nas *ameaças projetadas no futuro*. [...] Em seu lugar, entre o futuro, algo todavia inexistente, construído e fictício como “causa” da vivencia e da atuação presente (BECK, 2011, p. 39-40, grifos do autor).

É necessário destacar que o autor faz uma distinção entre riscos individuais e riscos globais. Os riscos individuais são uma constante na existência humana, por exemplo, alpinistas assumem riscos individuais. Os riscos globais são aqueles que emergem a partir da modernidade, ou seja, com a especificidade do modo de desenvolvimento tecnológico e econômico que estão baseados na subjugação e exploração da natureza. O que acaba por produzir desde riscos como a ameaça nuclear (seja no uso como energia que resulta em resíduos tóxicos ou o uso de ogivas nucleares por nações que possam vir a entrar em conflito) até os oriundos do novo regime climático (LATOURETTE, 2020). Os riscos que emergem com o novo regime climático podem ser associados ao modo de desenvolvimento da indústria agroalimentar global e, que, segundo Wallace (2020), podem ser a origem de epidemias desde o último quarto do século XX, da presente pandemia, bem como das por vir. Diante das correntes negacionistas que se fundamentam na

27 Ver: <https://exame.com/brasil/oms-debate-sobre-vacina-na-rede-privada-e-so-no-brasil/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

28 “A história da distribuição de riscos mostra que estes se atem, assim como as riquezas, ao esquema de classe - mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se em cima, os riscos em baixo. Assim, os riscos parecem *reforçar*; e não revogar, a sociedade de classes. À insuficiência em termos de abastecimento soma-se a insuficiência em termos de segurança e uma profusão de riscos que precisam ser evitados. Em face disto, os ricos (em termos de renda, poder, educação) podem *comprar* segurança e liberdade em relação ao risco” (BECK, 2011, p. 41, grifos do autor).

disseminação massiva da *fake news* nas redes sociais e que produzem a “tempestade ideal” para a consolidação de uma realidade pós-verdade, constroem um terreno em que a racionalidade e a objetividade científica são postas em xeque não a partir dos seus pressupostos de produção e validação do conhecimento, mas sim de uma guerrilha de contrainformação ou de desinformação.

A pretensão de racionalidade das ciências de determinar *objetivamente* o teor de risco do risco refuta-se a si mesma permanentemente: ela baseia-se, por um lado, num *castelo de cartas de conjecturas especulativas* e move-se unicamente no quadro de *asserções de probabilidade*, cujos prognósticos de segurança não podem, a bem da verdade, ser refutados sequer por acidentes *reais*. [...] Constatações de risco *baseiam-se* em *possibilidades* matemáticas e interesses sociais, mesmo e justamente quando se revestem de certeza técnica. Ao ocuparem-se com riscos civilizacionais, as ciências sempre acabaram por abandonar sua base de lógica experimental, contraindo um casamento polígamo com a economia, a política e a ética – ou mais precisamente: elas convivem numa espécie de “concubinato não declarado” (BECK, 2011, p. 35, grifos no original).

É preciso ter em conta que a noção de risco emerge e se consolida em disciplinas como a epidemiologia, a toxicologia, a infectologia, a psicologia (em especial nas suas vertentes behaviorista e cognitiva) e nas engenharias, que privilegiam uma abordagem técnico-quantitativa. Tal orientação epistemológica vê o risco como um evento danoso com certo nível de probabilidade objetiva que pode ser estimado por meio de cálculos, que também estimam os níveis de aceitabilidade de risco. Portanto, a racionalidade em que se baseia a noção de risco funciona por meio de uma lógica de “custo-benefício” segundo níveis de aceitabilidade de exposição e consequência dos riscos envolvidos em situações específicas a partir dos interesses envolvidos; essa noção tem uma forte orientação de uma pragmática da ação e do controle das contingências. No entanto, essa forma de definição de riscos não detém o monopólio da racionalidade científica ou social, há um campo de disputas sobre quais fatores de risco são mais aceitáveis segundo o ponto de vista dos diferentes atores envolvidos.

Neste sentido, é fundamental ressaltar a contribuição de Douglas e Wildavsky (1983) para uma perspectiva cultural que coloca a noção de risco em debate, oferecendo uma compreensão mais matizada dessa categoria, por exemplo: os indivíduos organizam suas percepções de mundo a partir de ambientes materiais e culturais distintos, o que faz com que atribuam seus próprios significados acerca dos fenômenos sociais; apesar de quais sejam os riscos objetivos inferidos pelas ciências, as organizações sociais teriam a tendência de dar maior importância para os perigos que corroborem dimensões da organização da vida social que fortaleçam a coesão social. Mas é possível ir além, pois a condição de classe, as condições materiais de enfrentamento dos riscos e as perspectivas de superação do estado de exceção permanente causado pelo risco constante, bem como a capacidade de imaginar um futuro com melhores condições

que o presente, são fatores que contribuem para a constituição da ação reflexiva dos indivíduos na avaliação dos riscos com os quais estão envolvidos.

Como relata uma secretária moradora da periferia paulistana quando convidada a refletir sobre o porquê, assim como ela, muitos jovens da periferia continuam frequentando festas durante a pandemia: “Os caras vêm me falar pra ir para casa para ter proteção do vírus, certo? Mas de segunda a sábado, eu estou exposta à Covid-19 porque tenho que sair pra trabalhar”, comenta. “Quer dizer que no busão cheio eu não vou pegar, mas no baile, sim?”. Para o professor Tiaraju Pablo D’Andrea da Universidade Federal de São Paulo, que atua no Campus da Zona Leste, uma das explicações possíveis para o comportamento dos jovens das periferias está relacionada as condições adversas que os impossibilitam de planejarem os seus futuros: “A juventude das periferias não tem muito projeto de futuro por conta de um país que não possibilita planejamentos a longo prazo. A juventude quer viver o agora, quer viver o presente e ela não vai deixar de viver por conta da ameaça da Covid-19. É triste, mas é real”²⁹.

Uma das principais contribuições de Douglas e Wildavsky (1983) para uma compreensão sociocultural dos riscos foi deslocar o debate dos campos disciplinares técnico-quantitativo para o campo político e epistemológico. Esse deslocamento ocorre quando os autores destacam que nem sempre as evidências científicas são inteligíveis, pois muitas vezes fatores sociais e culturais têm mais peso na tomada de decisão do que fatores “naturais” utilizados pelas ciências para apresentarem os níveis de riscos envolvidos nas situações que buscam explicar. Então, a questão que cabe colocar é: quão seguro é seguro o suficiente para culturas e grupos específicos? (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1983)

Diversos autores (BECK, 2011; DANOWSKI; CASTRO, 2014; GIDDENS, 1991, 2003; MARQUES, 2015; LATOUR, 2004, 2018, 2020; STENGERS, 2015; WALLACE, 2020) já vêm alertando há algumas décadas como a humanidade, enquanto coletivo, produz e está mais exposta a riscos de diferentes naturezas (crise ambiental, tecnológica, econômica, epistemológica, civilizatória, do sistema de produção, por exemplo), que, em alguma medida, se entrecruzam. Portanto, para melhor compreender o peso dos fatores socioculturais que funcionam conjuntamente com os fatores identificados como objetivos por ferramentas metodológicas quantitativas em diversas disciplinas, é necessário que se coloque o foco sobre dimensões específicas dos processos socioculturais. Há, portanto, uma dimensão da relação com os riscos que se forma nas instituições sociais, nas nossas formas de vida e nos valores compartilhados.

²⁹ Ambas as falas estão disponíveis em: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/jovens-relatam-os-motivos-para-irem-a-festas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

A questão então é como analisar tais fatores não quantitativos. Douglas e Wildavsky (1983) sugerem uma abordagem que atente para a forma como o público elege os riscos a serem temidos e as escolhas das instituições sociais das quais esses indivíduos fazem parte seja uma forma de compreender os diferentes pesos dos diferentes fatores que compõem a percepção sobre os riscos. Os autores utilizam uma distinção entre duas dimensões de organização das sociedades, as centrais e as periféricas. As formas centrais de organização das sociedades são formadas por forças como o mercado e a burocracia; nas organizações periféricas encontra-se uma dispersão de grupos com distintas orientações. A partir das duas linhas de forças centrais de organização das sociedades, Douglas e Wildavsky (1983) destacam duas posturas diferentes. Uma “hierárquica”, que corresponde aos traços burocráticos e está presente em instituições como igrejas, grandes corporações e associações políticas; e outra que se orienta pelo mercado, identificada como “individualista” e que descreve uma postura que, ao se orientar pelas noções competitivas do mercado, busca o lucro privado de qualquer forma. Enquanto do ponto de vista hierárquico, há uma continuidade entre presente e futuro, ao lidar com os riscos, há uma tendência a assumir que o sistema estável do qual os indivíduos fazem parte e que garantiu a segurança no passado e no presente a garantirá no futuro também. O individualista, por sua vez, parte de um princípio do liberalismo econômico, depositando sua confiança nos mecanismos de mercado como os melhores reguladores sociais. Portanto, o mercado conseguirá assegurar que no futuro teremos menos riscos do que no presente, pois as melhores escolhas para a sua manutenção serão um efeito natural das forças do mercado (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1983). Diante disso, os fatores sociais que implicam na definição e nas formas de lidar com situações de risco variam segundo a perspectiva dos atores.

Pensando como o enfrentamento a pandemia vem ocorrendo, a partir da tipologia de Douglas e Wildavsky (1983) é possível associar alguns casos empíricos aos tipos formulados pelos autores, bem como casos em que há combinações das duas formas de comportamento. O caso de Wuhan, local ao qual é atribuído o surgimento da pandemia, é paradigmático. Um ano após o primeiro caso de COVID-19, a cidade controlou os contágios locais, mas para tal fenômeno o governo local e o governo chinês estabeleceram regras rígidas para o combate à pandemia³⁰, principalmente por meio de um controle e análise de informações digitais³¹. Desde o ponto de vista hierárquico, os riscos devem ser enfrentados e distribuídos por uma burocracia

30 Ver: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/12/28/wuhan-tem-vida-normal-1-ano-apos-1-caso-de-covid-mas-nao-esquece-virus.htm>. Acesso em: 5 jan. 2021.

31 Ver: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

centralizada, baseada em um alto controle dos indivíduos e com forte atuação de uma tecnocracia. O aceite dessa forma de atuação centralizada pauta-se em um consentimento individual como algo óbvio, pois um pressuposto básico dessas formas de organização é que os indivíduos devem sacrificar suas aspirações individuais em favor do bem comum. É possível pensar ainda em termos de organizações coletivas que tendem a formas mais igualitárias e que a concepção dos indivíduos na distribuição social dos riscos fundamenta-se na confiança nas instituições locais com maior participação. Por exemplo, as ações de apoio mútuo e gestão da pandemia nas periferias das grandes cidades brasileiras. Há também a vertente centrada nos indivíduos competitivos, os individualistas, com os quais o consentimento para ações de gestão da vida coletiva precisa ser negociado constantemente. Nestes casos, os riscos são regulados e distribuídos segundo a lógica de mercado, isto é, de forma desigual. Neste sentido, podemos pensar como exemplo paradigmático a forma como a pandemia vem sendo gerida nos Estados Unidos da América, em que não há um sistema de saúde público e os mais afetados estão sendo os grupos que historicamente são socialmente mais vulneráveis a quaisquer alterações no curso de suas atividades³². Há também os casos paradigmáticos de gestão muito bem-sucedidos da pandemia como os da Nova Zelândia e os da Austrália. Ambos combinaram mecanismos de controle centralizado, por meio da ação do Estado, uma adesão massiva da população às medidas de segurança e distanciamento e uma comunicação científica constante e eficiente, reduzindo a margem de dúvidas de suas populações sobre a gravidade da situação³³. Por fim, existem aqueles indivíduos isolados que estão nas extremidades das margens sociais e alheios aos debates e às formas de distribuição dos riscos na vida coletiva. A experiência de vida dessas pessoas não permite que elas tenham quaisquer expectativas positivas das ações das instituições sociais ou mesmo que possa haver qualquer possibilidade de uma vida com menor desigualdade. Por exemplo, as populações sem teto nos grandes centros urbanos ou as populações carcerárias.

Portanto, é possível afirmar que existem múltiplas racionalidades socioculturais envolvidas nas formas de identificar, estimar e gerir os riscos e suas consequências. As elites econômicas, justamente por sua condição de elite, se fundamentam na dimensão econômica. Assim,

32 Ver: <http://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/28/em-qualquer-faixa-de-renda-comunidades-negras-nos-eua-registram-cerca-de-3-vezes-mais-casos-da-covid-19-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2020; ou <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/08/26/racismo-nos-eua-e-mais-mortal-do-que-covid-19-aponta-estudo.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

33 Ver: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2020/06/08/entenda-como-a-nova-zelandia-se-livrou-da-pandemia.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2020; ou <https://exame.com/mundo/nova-zelandia-e-o-pais-que-melhor-lida-com-a-covid-19-diz-pesquisa-global/>. Acesso em: 28 dez. 2020; ou <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2020/12/covid-19-nova-zelandia-australia-barraram-pandemia-israel-comecou-bem-relaxou/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

elas podem ser associadas a uma postura individualista orientada pelas regras de mercado, como descrita por Douglas e Wildavsky (1983). Ou seja, há uma desigualdade da distribuição social dos riscos e dos perigos, assim como os recursos e oportunidades são distribuídos nos mercados. Porém, a pandemia vem demonstrando que as parcelas economicamente favorecidas da sociedade não são impactadas da mesma forma como os mais pobres e elas ainda conseguem sair fortalecidas dos momentos de crise em que as desigualdades se acentuam³⁴. Como destaca o sepultador Reginaldo,

Na pandemia trabalhei todos os dias. Aliás, nunca faltei! Aqui não mudou muito, não, até diminuiu. É um cemitério de classe média, né? Podem se cuidar...
 Uma pessoa dessa região pode ficar em casa. A da Vila Formosa fica como? Vai passar fome?
 Tem família aqui que gasta 30 mil num sepultamento, 50 mil. O mundo é assim, uns têm muito e outros têm pouco...
 Vizinho meu passa fome. Agora o vereador ganha 30 mil reais, tem auxílio disso, daquilo, e eu não tenho nada. E se quebra a previdência, a culpa é nossa!
 Se tive medo? Nenhum. Na TV falam que, quem trabalha em serviço essencial, tem que arrumar lugar pra ficar. A gente “malemá” paga as contas. Fácil falar, quero ver viver nossa vida...

Tais situações colocam em evidência os paradoxos gestados nas sociedades modernas com os quais nos defrontamos no presente. Ao mesmo tempo que as sociedades contemporâneas se complexificam cada vez mais, elas produzem mais riquezas e mais desenvolvimento tecnológico (em um sentido bem específico), intensificam a crise climática – ou produzem um novo regime climático (LATOURE, 2020) – e as desigualdades (tecnológicas, econômicas e sociais). Neste contexto, todos dependemos de complexas infraestruturas tecno-naturais-econômicas-sociais por meio das quais as vidas em coletivo se realizam. A retomada aqui da discussão acerca dos riscos busca evidenciar, assim como Beck (2011), as mudanças profundas que as sociedades contemporâneas estão confrontando. As elites desenvolveram uma epistemologia que funciona no registro em que elas não compartilham com os demais seres vivos, sejam eles humanos ou não, o mesmo mundo. Por isso, é cada vez mais urgente olhar para as elites para compreender onde nós – os que não fazem parte da sua condição de classe-estamento – somos

34 “A ONG Oxfam considerou que as grandes fortunas do mundo até agora saíram ilesas e até mais fortes da pandemia e renovou seu apelo para criar impostos sobre a riqueza para combater “o vírus das desigualdades”. “Em apenas nove meses, as 1.000 maiores fortunas do mundo já haviam recuperado as perdas econômicas causadas pela pandemia”, disse a ONG em seu relatório anual sobre desigualdades. Os mais pobres “precisariam de mais de uma década para se recuperar dos impactos econômicos da crise”, especificou no relatório publicado por ocasião do início do Fórum Econômico Mundial (FEM) que acontece virtualmente, e não em Davos, na Suíça, como de costume. Ver: <https://www.otempo.com.br/mundo/ricos-saem-ilesos-ate-mais-fortes-da-pandemia-aponta-ong-1.2439123>. Acesso em: 1 fev. 2021.

alocados em seus projetos³⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um país como o Brasil em que as desigualdades sociais, em especial a econômica, estão entre as maiores do mundo, mas não apenas isso, e são perenes no tempo, o que evidencia que são características estruturais da sociedade, estudar os “de cima” tem, para além da relevância científica, uma relevância política. Isso porque permite a compreensão das visões de mundo daqueles que transcendem a condição das pessoas comuns e tomam as decisões que influenciam no modo de vida de todos, como sublinhou Mills (1981). Portanto, a compreensão das elites é uma forma de articulação política que pode gerar ferramentas teóricas para o enfrentamento as desigualdades. Porque a desigualdade econômica, em especial, atrai e potencializa desigualdades de outras naturezas, tornando a realidade dos mais pobres cada vez mais insustentável sob qualquer ponto de vista.

A pandemia reforçou que a distribuição dos riscos e das riquezas segue uma lógica inversa. “Riscos da modernização são *big business*. Eles são as necessidades insaciáveis que os economistas sempre procuraram. A fome pode ser saciada, necessidades podem ser satisfeitas, mas os riscos civilizatórios são um *barril de necessidades sem fundo*, interminável, infinito, autoproduzível” (BECK, 2011, p. 28, grifos no original). Então, se à primeira vista os riscos parecem produzir uma certa equalização entre as classes, eles tendem a gerar novas desigualdades e muitas vezes acentuam as já existentes. A tempestade perfeita da pandemia no Brasil vem mostrando que, de fato, não estamos todos no mesmo barco. Talvez ainda estejamos na transição-superação (ou talvez ela nunca ocorra ou seja concluída) da sociedade de classe para sociedade de risco. O que compartilhamos é a tempestade, porém, enquanto uns navegam nela em transatlânticos e iates, outros contam apenas com a força dos seus músculos para enfrentarem as ondas que os solapam sem tréguas.

35 “[...] tudo ocorre como se uma parte importante das classes dirigentes (que hoje, de modo um tanto vago, chamamos de ‘elites’) tivesse chegado à conclusão de que não há mais lugar suficiente na terra para elas e para o resto de seus habitantes. Em consequência, decidiram que era inútil fingir que a história continuaria conduzindo a um horizonte comum, em que ‘todos os homens’ poderiam prosperar igualmente. Desde os anos 1980, as classes dirigentes não pretendem mais liderar, mas se refugiar fora do mundo. Dessa fuga, da qual Donald Trump é apenas um símbolo entre outros, somos nós que sofremos todas as consequências” (LATOURETTE, 2020, p. 10).

REFERÊNCIAS

1. BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
2. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.
3. BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
4. CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Conta Capa; Faperj, 2014.
5. CHAMAYOU, Grégorio. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
6. DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, 1997.
7. DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2014.
8. DOUGLAS, Mary; WILDASKY, Aaron. **Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers**. Los Angeles: University of California Press, 1983.
9. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.
10. FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin; GASKELL, Geroge (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.
11. FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
12. FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1-2, jan./dez. 2008.
13. GEORGE, Susan. **O relatório Lugano: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2002.
14. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
15. GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de**

- nós. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
16. GUSTERSON, Hugh. Studying up revisited. **PoLAR**, v. 20, n. 1, p. 114-119, May 1997.
 17. HENNION, Antoine. **La passion musicale: une sociologie de la meditation**. Paris: Métailié, 1993.
 18. HENNION, Antoine. Pragmática do gosto. **Desigualdade & Diversidade**, n. 8, p. 253-277, jan./jul. 2011.
 19. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
 20. JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, Geroge (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som; um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.
 21. LATOUR, Bruno. **Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001.
 22. LATOUR, Bruno. Por uma antropologia do centro. **Mana**, v. 10, n. 2, p. 397-414, 2004.
 23. LATOUR, Bruno. **Down to Earth: politics in the New Climatic Regime**. Cambridge: Polity Press, 2018.
 24. LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
 25. LEITÃO, Débora Krischke; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 42, p. 41-65, 2017.
 26. MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
 27. MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
 28. MALHÃO, Rafael; AMACIO, Stefano Schiavetto; SILVEIRAS, Raphael. O “fique em casa” e seu necessário “fique na rua”: infraestrutura da internet e desigualdade social na pandemia da COVID-19 no Brasil. *In*: CASTRO, Bárbara (org). **Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia**. Campinas: UNICAMP IFCH, 2020.
 29. MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
 30. MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

31. MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
32. NADER, Laura. Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, p. 328-356, 2020.
33. SANTOS, Laymert Garcia dos. O relatório e a integrabilidade dos novos tempos. *In*: GEORGE, Susan. **O relatório Lugano**: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2002.
34. SEGATA, Jean. Um efeito ciber na antropologia. **Revista Florestan**, Ano 2, n. 4, dez. 2015.
35. SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (org.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.
36. SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 377 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
37. STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
38. STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. **La brujería capitalista**: prácticas para prevenirla y conjurala. Buenos Aires: Hekht Libros, 2017.
39. STOCKING JR., George. (org.). **Franz Boas**: a formação da antropologia americana 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2004.
40. WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.

Rafael Malhão

Doutor e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1269-7162>. E-mail: malhao.rafael@gmail.com